

Atualização do debate sobre população e meio ambiente

George Martine^{*}

TORRES, Haroldo e COSTA, Heloisa (orgs.).
População e meio ambiente: debates e desafios. São Paulo: Editora Senac, 2000.
351 páginas.

Devo confessar que aceitei o convite para preparar esta resenha como uma forma de me atualizar um pouco sobre o que está ocorrendo em torno ao tema de população e meio ambiente no Brasil. Desta forma, eu imaginava que estaria ajudando a preparar meu retorno iminente à terra. Já estou arrependido! É um tremendo desafio comentar esse livro de 351 páginas, que versa sobre os temas mais diversos, com abordagens também muito diversificadas. Admito meu desconforto ao tentar fazer justiça à variedade de assuntos, enfoques e argumentos que integram o livro. Proponho apenas oferecer uma apreciação geral e alguns comentários específicos sobre certos aspectos dos trabalhos apresentados que me chamaram particularmente a atenção. Isto será seguido de uma especulação rápida a respeito dos caminhos para o futuro.

A coletânea organizada por Haroldo Torres e Heloisa Costa cumpre, sem dúvida, o prometido de apresentar “um conjunto sofisticado e plural de reflexões sobre população e meio ambiente no Brasil” (p. 18). Nesse sentido, realiza admiravelmente o propósito do Grupo de Trabalho de População e Meio Ambiente da ABEP de “avançar o conhecimento sobre as interações entre população e meio ambiente no Brasil, bem como contribuir para políticas públicas adequadas na área ambiental” (p. 11). A obra constitui o segundo produto dessa natureza lançado

por esse GT da ABEP. Segundo os organizadores, o livro antecessor do Grupo, *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*, “tem sido amplamente utilizado por professores universitários nas áreas de ciências sociais e geografia para o ensino e debate de temas relacionados às questões ambientais urbanas e rurais no Brasil” (p. 11). Em comparação, este segundo produto é muito mais extenso, mais diversificado e mais elaborado na sua proposta teórica. Ou seja, a ABEP está de parabéns por continuar avançando no seu propósito de difundir material científico de conteúdo altamente valioso para a sociedade brasileira.

Esta coletânea insere-se numa lista já respeitável de *Readers* sobre população e meio ambiente em nível mundial. Quase todas as principais associações científicas com interesse no estudo de população e meio ambiente (P/MA) têm produzido uma ou mais coletâneas, reunindo uma grande diversidade de trabalhos sobre a relação entre população, meio ambiente e desenvolvimento. A associação irmã da ABEP, a Sociedad Mexicana de Demografía (Somede), também lançou, em 1999, um tomo de 12 artigos e mais de 330 páginas (coincidentalmente, tem como introdução um artigo de Daniel Hogan sobre os desafios dos estudos ambientais para a Demografia!). No Brasil, a Anpocs tem produzido seu próprio *Reader* contendo vários artigos sobre os “nossos temas”, alguns escritos por membros do próprio GT da ABEP. A IUSSP, o CICRED e sei lá mais quem também têm publicado vários *Readers* similares. Tais coletâneas oferecem a vantagem de refletir os interesses dos estudiosos em um dado momento histórico; como a variedade de interesses é grande, costumam apresentar uma enorme diversidade de temas, perspectivas, metodologias e interpretações.

Essa diversidade de temas e abordagens é, evidentemente, endêmica à questão P/MA. A relação entre população e meio ambiente é extremamente complexa e precisa ser examinada em distintos

^{*} Diretor da Equipe de Apoio Técnico do FNUAP para a América Latina e o Caribe, Cidade do México.

planos. Tanto o conceito de “população” como o de “meio ambiente” cobrem um território enorme. Cada um dos milhares de aspectos incluídos nesses dois conceitos amplíssimos pode ser analisado de muitas maneiras e em diferentes níveis de generalidade. Os organizadores deste livro tiveram de enfrentar essa variedade de temas e enfoques; acho até que fizeram um trabalho brilhante de selecionar e organizar esses múltiplos ensaios de uma forma coerente e inteligível, em quatro grandes capítulos.

Três textos procuram discutir novos aspectos teóricos e metodológicos, no capítulo inicial. O primeiro artigo reflete a trajetória de vários anos de Daniel Hogan, um dos pioneiros da pesquisa sobre P/MA no Brasil. Na realidade, são dois artigos de Hogan, pois a primeira parte (p. 21-30) relata as andanças do tema P/MA no Brasil e apresenta uma história completa, até com direito a conclusão. A segunda parte (p. 30-52) expõe o que ele considera o desafio e a tarefa dos demógrafos no campo de P/MA. Achei a leitura da primeira parte muito agradável. Trata-se de um texto muitas vezes reformulado, repensado, publicado e atualizado, e esta versão reflete um aprimoramento e uma evolução significativa, tanto nas idéias como na linguagem e expressão. O segundo artigo dentro de um artigo (i.e., a segunda parte do artigo) talvez seja menos conclusivo, justamente pela diversidade potencial de enfoques sobre P/MA. Basicamente, Hogan lista alguns temas tirados dos dois lados da matriz P/MA e sugere que os demógrafos têm um papel a desempenhar em relação a alguns aspectos típicos da nossa área (morbidade e mortalidade, distribuição territorial, composição demográfica), assim como em relação a certas questões decorrentes do lado ambiental da matriz. Sua preferência, entretanto, claramente reflete seu próprio trabalho com estudos localizados, dentro de uma visão de capacidade de suporte populacional. Esse tema reaparecerá no capítulo 3.

O próximo artigo, de Haroldo Torres, briga com a categoria de “impacto ambiental” e sugere substituí-la por “risco

ambiental”, particularmente quando se pretende focar os aspectos sociais de questões ambientais. Com isto, Torres busca enfatizar que as conseqüências de mudanças ambientais têm custos muito diferenciados por classes, grupos sociais e regiões, e que estas diferenças devem ser analisadas espacial e interdisciplinarmente. Esta preocupação reflete, pelo menos em parte, o trabalho em que Torres também tem sido pioneiro no Brasil, ou seja, o tratamento geográfico de riscos ambientais. Isto, por sua vez, representa um filão extremamente rico para os Abepianos, no qual as vantagens comparativas dos demógrafos poderiam desenvolver-se muito mais. Para quem não participou dessa briga, a substituição de conceitos proposta pelo autor parece bastante pacífica, pelo menos para os propósitos que ele enfatiza. Resta saber se a “indústria” de análise de impactos ambientais vai se conformar com essa mudança.

O último artigo deste primeiro capítulo recapitula uma experiência interdisciplinar de pesquisa na UFMG. João Antônio de Paula e Roberto Monte-Mór sintetizam aqui um trabalho, publicado em 1997, que buscava entender a dinâmica socioeconômica e ecológica do processo de ocupação do rio Piracicaba. Trata-se de uma experiência integrada muito atrativa. Entretanto, os autores optaram por apresentar aqui o conjunto da pesquisa, destacando tanto os aspectos organizacionais do trabalho em equipe como alguns resultados substantivos. Isto faz com que, em certos momentos, o artigo se assemelhe a um relatório de pesquisa. O leitor fica com vontade de ter muito mais informação a respeito de alguns temas quentes como a relação entre modernidade e “limpeza” ambiental, os detalhes dos conflitos socioambientais, as ações educativas e outras recomendações feitas a partir da pesquisa. Se o objetivo era aguçar o interesse dos leitores para lerem o relatório inteiro, conseguiram!

O segundo capítulo é composto por três artigos que analisam a relação P/MA em áreas rurais brasileiras “tradicionais”, ou seja, áreas que ainda não foram direta-

mente invadidas pela modernização agrícola. Previsivelmente, dois deles se situam na área amazônica, enquanto o terceiro se refere à área mais “atrasada” de Minas Gerais, o Vale do Jequitinhonha.

O trabalho de Marília Brasil, baseado numa pesquisa financiada pela WWF em 1989-90, enfoca o extrativismo na ilha do Marajó. Afirma que a orientação da economia marajoara sempre foi extrativista e apoiada em práticas herdadas dos ameríndios, embora os produtos extraídos tenham sido diferenciados através do tempo. Tendo em vista a defasagem de tempo entre a pesquisa e esta publicação, a pergunta fascinante agora seria se as tais estratégias e práticas, reconhecidamente insuficientes para manter as famílias marajoaras, conseguiram se manter — conforme desejo das instituições ambientalistas — diante do assédio da modernização ocorrida nos últimos 12 anos.

Deborah Lima e Edna Alencar chegam a uma conclusão provocativa no que se refere aos deslocamentos populacionais na várzea do Médio Solimões. Com base em um estudo histórico original, afirmam que, apesar de o fator mais óbvio na ocupação e desocupação da várzea ser ambiental (as enchentes), as mudanças sociais são as principais causas das variações ocorridas nos padrões de ocupação humana desta região. Hoje, as demandas do mercado e a estrutura de rede de comercialização são os principais determinantes. Dada a força crescente desses fatores, mesmo na região amazônica, parece provável que haja mudanças abruptas em relação aos padrões históricos descritos aqui.

Eduardo Ribeiro e Flávia Galizoni enfocam a reprodução camponesa no contexto do Vale do Jequitinhonha. Proporcionam uma análise qualitativa muito interessante do processo de migração temporária e permanente, do uso de áreas comuns, da resolução de conflitos de direitos e do estoque de conhecimentos tradicionais na região, *inter alia*. Nos ensinam que existe um sofisticado sistema de controle social do uso da terra, assim como um metódico conhecimento de seu

meio e lavouras. Numa região de pobreza aguda e de solos supostamente esgotados, tais controles garantem a sobrevivência de uma sociedade aparentemente estável mas, na realidade, de grande mobilidade.

Diversas questões tradicionais da preocupação P/MA se refletem e entrecruzam nestes três trabalhos: a relativa importância da pressão demográfica sobre os recursos naturais, as implicações de diferentes formas de organização social sobre a lógica de exploração desses recursos, a interface com a penetração de formas de produção modernas, a mobilidade migratória como estratégia de sobrevivência, e o significado de populações e atividades tradicionais como linha de defesa contra a degradação ambiental.

Passando para o contexto de ambientes urbanizados, o terceiro capítulo apresenta quatro trabalhos que a exigüidade deste espaço não permite comentar como mereceriam. Heloisa Costa analisa as consequências socioambientais da urbanização promovida pela indústria de celulose e pela siderurgia no Vale do Aço, em Minas Gerais. Edmilson Lopes Júnior problematiza o crescimento urbano provocado pela indústria do turismo, referindo-se particularmente ao caso de Natal. Hogan, do Carmo, Rodrigues e Alves contrastam padrões de ocupação econômica e demográfica em duas bacias hidrográficas paulistas, tentando enfrentar a questão de limites naturais. Finalmente, Suzana Taschner estuda como a paisagem intra-urbana está sendo redesenhada pelo crescimento de favelas e de outras moradias precárias em São Paulo.

Esse capítulo abrange, portanto, uma grande variedade de situações, tópicos e problemas, impossíveis de analisar conjunta ou detalhadamente. Vou me centrar em apenas três temas. Primeiro, a questão do espaço para as populações de baixa renda nos ambientes construídos. Embora se refiram a contextos muito diferenciados, tanto Costa como Taschner abordam a questão da exclusão, da precariedade das condições de habitação e das dificuldades de acesso aos serviços

e equipamentos urbanos. No trabalho de Costa, tal situação, em cidades industriais planejadas, seria decorrente da lógica industrial que busca formas mais flexíveis de operar num contexto econômico cada vez mais competitivo. Taschner concentra-se na descrição do processo de favelização, e dos riscos associados a esta ocupação, como resultado do perverso funcionamento do mercado imobiliário em São Paulo. Simplificando, em ambos casos, o resultado é o mesmo: os pobres habitam os lugares menos adequados, têm menos acesso às amenidades urbanas e são os primeiros a serem massacrados por desastres naturais e ambientais, ou pela expansão imobiliária. Apesar disso, os pobres continuam vindo para as cidades. O que fazer a respeito? Parece-me que isto abre um espaço importante de debate no qual os estudiosos de população teriam um papel importante a cumprir. Por exemplo, historiar e analisar o processo de ocupação e transformação de bairros marginalizados nos últimos 60 anos na América Latina poderia dar pistas importantes nesse sentido.

Um segundo tema que pode ser destacado nesse capítulo se refere ao caráter ambivalente do processo de desenvolvimento para o bem-estar social e ambiental. Poderíamos citar inúmeros exemplos. Lopes Júnior mostra que, ao contrário do resultado das análises passionais anteriores, o turismo não implica somente degradação. Costa conclui que aceitar morar num lugar degradado para estar perto do local do trabalho está se tornando uma vantagem mais rara na medida em que as indústrias vão se "flexibilizando". Taschner mostra que, na região metropolitana mais desenvolvida do continente, uma parcela significativa e crescente da população é condenada a agüentar condições de saúde, habitação e meio ambiente deploráveis. São apenas algumas ilustrações superficiais de um rico tecido de ambigüidades detectadas nas situações mais diversas.

Terceiro, os trabalhos desse capítulo, particularmente o de Hogan *et al.*, colocam a questão da unidade de observação adequada para analisar a relação P/MA.

Hogan *et al.* sugerem que essa relação deve ser estudada em ecossistemas concretos que, por sua vez, são parte de um sistema maior. Isto os leva a focar duas bacias hidrográficas do Estado de São Paulo. Gostaria de poder dar mais atenção a esse trabalho porque, no meu entender, ele se dirige ao núcleo central da relação P/MA e porque levanta questões da maior importância para o futuro de nossos estudos nessa área. Os autores acertam em cheio quando afirmam que "[...] o equilíbrio entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico numa região urbanizada e industrializada exigirá ações corretivas e mitigadoras de danos ambientais, visando maximizar o bem-estar da população. *Mas os valores de beleza natural e preservação da biodiversidade terão de ser realizados em outros espaços.* O desafio para as sociedades contemporâneas é encontrar uma harmonia entre esses valores, sem subordinar todos eles a um desenvolvimento uniforme e selvagem. [...] A hipótese de fundo é que só é possível pensar os limites econômicos-demográficos *no contexto das complementaridades regionais.*" (p. 234-235; grifos meus). Para meu gosto, estas poderiam ser vistas como as frases mais significativas do livro. Sem espaço, infelizmente, para discutir essa questão a fundo, eu apenas argumentaria que essas complementaridades regionais têm de ser vistas, eventualmente, numa dimensão muito mais extensa que duas bacias hidrográficas. Devem abranger um território cada vez mais extenso, por mais laborioso que seja o processo de construção do conhecimento a respeito desse espaço mais amplo.

Finalmente, o último capítulo retoma o tema dos riscos ambientais industriais, já bastante desenvolvido em trabalhos anteriores do GT da ABEP. Marcelo Porto e Carlos Freitas enfocam o agravamento dos acidentes químicos ampliados no Brasil. Associam estes à própria lógica da divisão internacional do trabalho e às escassas possibilidades de regulação, devido ao imenso poder econômico das grandes empresas do setor. Em que pese a capacidade de influência dessas empresas,

os autores sugerem medidas baseadas na ampliação do conhecimento e da consciência pública. Tania Braga analisa as políticas ambientais de indústrias localizadas na bacia do rio Piracicaba mineiro. Trata-se de um outro subproduto da pesquisa interdisciplinar realizada na UFMG, mencionada anteriormente, e que complementa o segmento referente à resolução dos conflitos ambientais nessa região. Mais uma vez, este texto destaca a importância da luta ambientalista na gestão de problemas ambientais. Entretanto, a conclusão alerta para o fato de que nenhuma conquista é definitiva, pois as políticas ambientais são marcadas por avanços e retrocessos. Juntos, estes dois trabalhos, no final do livro, ajudam a recolocar a ênfase na ligação essencial entre pesquisa e ação, e na transcendência dos movimentos sociais no campo ambiental.

Analisando a contribuição deste livro no contexto da luta permanente pela redução da degradação ambiental e da desigualdade social, pode-se dizer que ele cumpre uma função social importante. Sem dúvida, é um livro que terá ampla difusão no meio acadêmico e nos movimentos ambientais, fortalecendo posições e desmitificando outras. Nesse sentido, a ABEP, por meio do seu GT, e dos organizadores e autores deste trabalho, continua prestando um serviço importante à sociedade brasileira.

Temos o direito de ficar satisfeitos e complacentes com este esforço? As próximas contribuições da ABEP deveriam, basicamente, seguir a trilha traçada aqui? Que outros rumos e interesses poderiam ou deveriam ser promovidos? A título de provocação – no bom sentido, é claro –, eu vou me permitir explicitar algumas preocupações que surgiram durante a leitura deste bom livro.

Inicialmente, poderíamos perguntar se já encontramos o caminho definitivo para dar uma contribuição eficaz, que utilize nossas vantagens comparativas, como estudiosos de população. É certo que costumamos a espantar o espectro de Malthus que constituía, tradicionalmente, o eixo das análises de P/MA. Mas, conseguimos

preencher esse vazio com alguma outra especificidade? No balanço, parece que não. A exceção de uma ou outra referência aos instrumentos e variáveis dos demógrafos, a maioria desses trabalhos poderia constar de uma coletânea da Anpocs, da ANPUR, da ANPEC ou de outra associação profissional. Isto, em si mesmo, não é necessariamente ruim; todos concordamos que a interdisciplinaridade é essencial nos estudos ambientais. Entretanto, fica uma pontinha de dúvida, para uma associação que congrega principalmente demógrafos e populacionólogos, quando costumamos a encontrar referências sistemáticas à dinâmica populacional na maioria dos trabalhos deste livro. Na prática, o único lugar em que esta entra de modo explícito em cena é com relação à capacidade de suporte, conceito que continua me inspirando algumas dúvidas, independentemente do tamanho da unidade observacional sendo analisada. Pessoalmente, tenho defendido a idéia de que o filão, para nós, os estudiosos de população, reside na questão da distribuição espacial. Esta nos permite conjugar, de maneira mais efetiva e com vantagens comparativas, variáveis e processos das áreas econômica, social, demográfica e ambiental. Tenho lançado, de forma ainda preliminar, a categoria de “uso sustentável do espaço” como uma maneira de conceituar essa visão mais dinâmica e integrada do uso dos nossos instrumentos e de nossas perspectivas para a análise da relação P/MA.

Uma outra dúvida surge de meus vários anos de esforço no âmbito internacional para apoiar a formulação de políticas e programas nesse terreno cinzento da interseção entre população, meio ambiente e desenvolvimento: estamos realizando todo nosso potencial no que se refere a contribuir para a proposição de recomendações concretas de política? É fácil nos defendermos dizendo que, afinal de contas, somos uma associação científica sem responsabilidades diretas na área política. Entretanto, minha experiência sugere que o fato de pensar, desde o início da

formulação de um projeto de pesquisa, na possível contribuição política das nossas análises ajuda muito a formular propostas que enfoquem problemas teóricos e pragmáticos concretos de maior utilidade.

A minha terceira preocupação, muito relacionada com a anterior, refere-se ao nível de generalidade de nossas análises e estudos. Em diversos lugares, Hogan, seguindo uma longa lista de autores ambientais, advoga a necessidade de estudos localizados. Esta exigência é inegável, pois as realidades empíricas precisam forçosamente ser capturadas nesse nível. Entretanto, isto parece ser apenas o ponto de partida para a formulação de uma visão mais abrangente sobre a relação P/MA que poderá ser traduzida em propostas realistas de política. Ou seja, os determinantes da relação P/MA, assim como suas soluções, residem, na maioria das vezes, numa região mais ampla do que o vale, a bacia hidrográfica, a ilha ou a cidade sendo estudada.

Por outro lado, vários dos temas analisados nesta coletânea levantam questões de uma ordem de generalidade mais ampla do que aquela analisada localmente. Por exemplo, parte do livro centra-se nas sociedades tradicionais: demograficamente, qual é o peso destas sociedades no Brasil atual e futuro, e qual será seu peso real na resolução da questão ambiental? Não poderia o GT enfocar esses temas mais amplos com vistas a uma contribuição ainda mais útil ao processo de desenvolvimento brasileiro? Diversos trabalhos mostram que os carros-chefes do desenvolvimento, principalmente as indústrias – mas também atividades crescentes como o turismo –, continuam privilegiando o crescimento econômico e

subordinando o ambiental. Continuam se eximindo da responsabilidade por graves danos ambientais e sociais porque são poderosos e porque geram riqueza e emprego. Sendo assim, como se lograria contribuir, através dos nossos estudos, para melhor demonstrar a dimensão e a gravidade de tais problemas e assim mobilizar a consciência ambiental? Se, como indicam vários artigos, os padrões de concentração populacional aguçam problemas ambientais locais, que respostas poderíamos oferecer em termos de modelos de ocupação e organização urbana que seriam menos degradantes?

Em suma, minha preocupação central é ver como este grupo, tão competente e tão criativo, poderia dar uma contribuição mais direta à elaboração de diretrizes e políticas ambientais. Meus comentários sobre o gênero coletânea, no início desta resenha, evidentemente não constituem uma crítica, até porque eu também tenho organizado e participado desses empreendimentos. A pergunta que fica no ar, entretanto, é o quanto estamos avançando o processo científico com essa abordagem eclética e, mais importante ainda, o que imaginamos como sendo o futuro do debate e da pesquisa científica nesse tema. Além de promover iniciativas individuais, o GT não poderia pensar em um empreendimento conjunto, direcionado a um esforço concentrado, por exemplo, em um ou dois dos grandes temas de P/MA levantados nesta coletânea? Ou seja, valeria a pena focalizar mais nossos próximos estudos, mediante um esforço colaborativo, em algum eixo central levantado no livro?

Enviado para publicação em 12/8/2002.